

ATIVIDADE ECONÔMICA

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em maio de 2025

De acordo com os dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), maio de 2025 apresentou um déficit primário de R\$ 41,1 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 177,7 bilhões nesse mês, um crescimento de 2,2% em termos reais, comparativamente ao apurado em maio de 2024, ao passo que a despesa totalizou R\$ 218,9 bilhões, um decréscimo real de 7,8% na mesma base de comparação. No acumulado do ano, o resultado primário apresenta um superávit de R\$ 33,1 bilhões, a preços constantes de maio, ante o déficit de R\$ 29,2 bilhões no mesmo período de 2024.

Em maio, a receita total registrou um crescimento real de 4,5%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2024. Esse aumento observado se deu em função da arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento real de R\$ 10,1 bilhões (7,6%). As receitas não administradas pela RFB tiveram uma queda real de arrecadação de R\$ 4,2 bilhões (-11,6%) e as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um crescimento real de R\$ 4,1 bilhões (8,0%). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve um crescimento de R\$ 3,8 bilhões (2,2%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 3,1%, somando um crescimento de R\$ 29,7 bilhões a preços constantes, com destaque para a arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 4,7%, aumento real de R\$ 36,3 bilhões. O gráfico 1 demonstra o desempenho da arrecadação no primeiro trimestre de 2025, com a receita total apresentando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2024, de 3,5%.

Quanto à despesa total, houve um decréscimo em abril, em termos reais, de R\$ 18,0 bilhões (-7,8%), em relação ao mesmo mês de 2024, decorrente do menor volume de pagamento dos itens: benefícios previdenciários, outras despesas obrigatórias e despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira. No acumulado do ano até abril, a despesa teve um decréscimo real de R\$ 32,6 bilhões (-3,3%), em comparação ao mesmo período do ano passado, muito influenciado pelo volume significativamente menor de despesas com sentenças e precatórios e de despesas discricionárias do Poder Executivo.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Divulgado em 10 de junho de 2025.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de maio de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2024	mai./2025		2024	2025		Até mai./2024	Até mai./2025	
1-Receita Total	221,5	231,5	4,5	1175,5	1217,3	3,6	2670,5	2853,1	6,8
1.1 - Receita Administrada pela RFB	133,5	143,6	7,6	763,3	799,6	4,7	1655,2	1810,5	9,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	51,7	55,8	8,0	265,7	275,5	3,7	660,7	681,9	3,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	36,4	32,2	-11,6	146,5	142,2	-2,9	354,7	360,6	1,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	47,7	53,8	12,8	227,8	240,0	5,3	509,3	555,2	9,0
3. Receita Líquida (1-2)	173,9	177,7	2,2	947,6	977,3	3,1	2161,1	2297,8	6,3
4. Despesa Total	237,5	218,9	-7,8	976,8	944,2	-3,3	2441,4	2280,6	-6,6
4.1 Benefícios Previdenciários	116,0	112,0	-3,4	428,1	430,8	0,6	1033,4	987,9	-4,4
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,6	32,8	10,7	153,2	153,6	0,3	400,5	385,7	-3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	36,6	31,0	-15,4	174,7	151,0	-13,5	424,4	352,7	-16,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	55,3	43,1	-22,1	220,9	208,7	-5,5	583,1	554,3	-4,9
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-63,6	-41,1	35,4	-29,2	33,1	213,3	-280,3	17,2	106,1

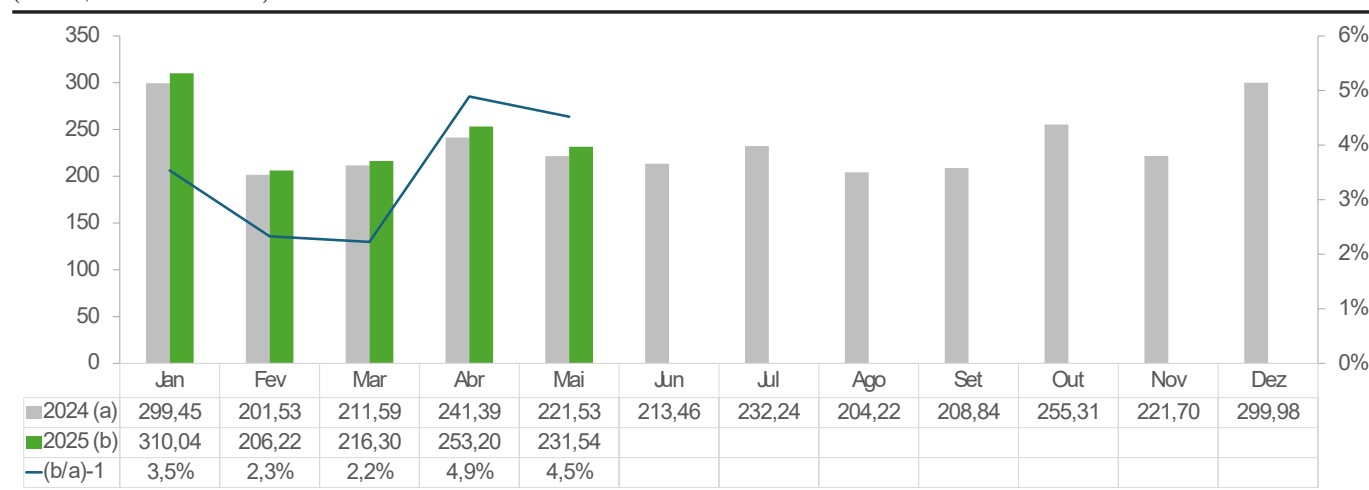
Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 1

Receita total: evolução da arrecadação (2024-2025)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ A preços constantes de maio de 2025.

A análise do gráfico 2 mostra que as despesas até maio diminuiram em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução está atrelada ao menor volume de pagamentos de precatórios e à demora na aprovação do orçamento de 2025.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em maio de 2025 foi registrado um aumento real de R\$ 10,1 bilhões (7,6%) em relação ao mesmo mês de 2024. O crescimento real das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, com aumento real de 25,9%, e de outras receitas administradas pela RFB, com crescimento real de 229,6%, em comparação ao mesmo mês do ano passado.

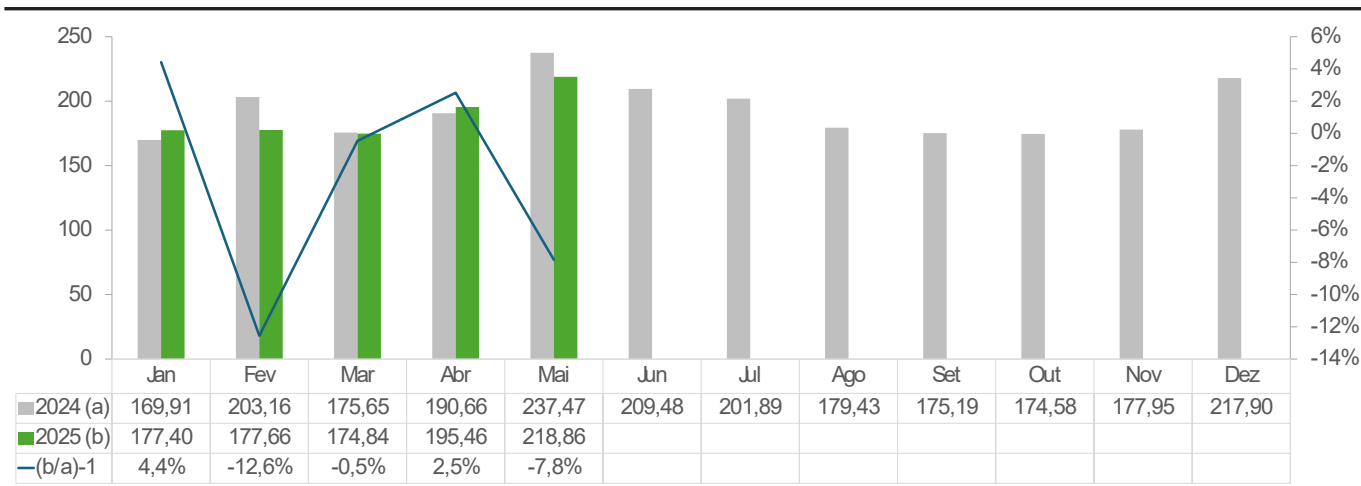
No acumulado até maio, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o mesmo período de 2024, de R\$ 41,8 bilhões (3,6%). As principais variações positivas ocorreram nas receitas administradas pela

RFB, que tiveram alta de R\$ 36,3 bilhões (4,7%), com destaque para o Imposto de Importação, com aumento de R\$ 9,2 bilhões (32,4%), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com crescimento de R\$ 3,5 bilhões (11,1%), e outras receitas administradas pela RFB, com crescimento de R\$ 9,4 bilhões (100,1%).

GRÁFICO 2

Despesa total: evolução da despesa (2024-2025)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ A preços constantes de maio de 2025.

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de maio de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2024	mai./2025		2024	2025		Até mai./2024	Até mai./2025	
1-Receita Total	221,5	231,5	4,5	1175,5	1217,3	3,6	2670,5	2853,1	6,8
1.1 - Receita Administrada pela RFB	133,5	143,6	7,6	763,3	799,6	4,7	1655,2	1810,5	9,4
1.1.01 Imposto de Importação	5,8	7,3	25,9	28,5	37,7	32,4	63,1	90,7	43,7
1.1.02 IPI	6,9	7,0	1,1	31,9	35,4	11,1	71,8	92,0	28,2
1.1.03 Imposto de Renda	67,4	73,5	9,0	378,0	392,6	3,9	789,4	839,3	6,3
1.1.04 IOF	5,6	6,0	5,8	28,2	29,0	2,7	68,5	71,8	4,8
1.1.05 Cofins	27,7	28,0	0,9	154,3	152,8	-1,0	352,9	383,7	8,7
1.1.06 PIS/Pasep	8,4	8,1	-4,2	45,5	43,6	-4,1	101,7	107,1	5,3
1.1.07 CSLL	10,2	9,9	-2,9	86,3	88,4	2,5	167,3	177,7	6,2
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,2	0,3	22,1	1,3	1,3	-1,0	2,8	3,6	28,2
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1,1	3,6	229,6	9,4	18,8	100,1	37,8	44,7	18,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	51,7	55,8	8,0	265,7	275,5	3,7	660,7	681,9	3,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	36,4	32,2	-11,6	146,5	142,2	-2,9	354,7	360,6	1,7
1.4.1 Concessões e Permissões	1,1	0,7	-42,5	2,9	2,8	-4,7	8,0	16,9	111,4
1.4.2 Dividendos e Participações	18,1	9,3	-48,9	29,1	21,3	-27,1	55,3	67,6	22,4
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,5	2,4	7,8	6,5	-16,0	19,8	18,3	-7,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,0	7,3	22,2	53,2	59,7	12,2	122,4	131,3	7,2
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,8	1,1	-36,8	10,2	9,0	-11,1	23,7	23,5	-0,8
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,5	2,9	12,5	13,3	14,1	6,7	33,9	35,5	4,8
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1	-1,6
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5,3	9,4	77,5	30,0	28,8	-4,1	91,5	67,4	-26,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	47,7	53,8	12,8	227,8	240,0	5,3	509,3	555,2	9,0
3. Receita Líquida (1-2)	173,9	177,7	2,2	947,6	977,3	3,1	2161,1	2297,8	6,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

Na análise das despesas (tabela 3), verifica-se que em maio houve uma redução real de 7,8% em comparação ao mesmo período de 2024. Essa diminuição foi influenciada principalmente pelo menor volume de pagamentos relacionados a benefícios previdenciários, créditos extraordinários e despesas discricionárias do Poder Executivo. Em conjunto, esses itens apresentaram uma queda de R\$ 20,4 bilhões (-14,1%) em comparação com o mesmo período do ano anterior.

As despesas totais acumuladas até maio, quando comparadas ao mesmo período de 2024, apresentaram uma redução real de R\$ 32,6 bilhões (-3,3%), influenciada principalmente pelo menor volume de despesas com precatórios, os quais tiveram seu pagamento antecipado em 2024, pelo menor volume de pagamentos de créditos extraordinários e pela demora na aprovação do orçamento de 2025, resultando em atraso na execução de determinadas despesas. Em contrapartida, observou-se um aumento real em algumas categorias de despesas, destacando-se os benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV), com um aumento de R\$ 5,0 bilhões (10,6%); e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que apresentou um incremento de R\$ 4,7 bilhões (21,3%).

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de maio de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-maio		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	mai./2024	mai./2025		2024	2025		Até mai./2024	Até mai./2025	
4. Despesa total	237,5	218,9	-7,8	976,8	944,2	-3,3	2441,4	2280,6	-6,6
4.1 Benefícios Previdenciários	116,0	112,0	-3,4	428,1	430,8	0,6	1033,4	987,9	-4,4
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,6	32,8	10,7	153,2	153,6	0,3	400,5	385,7	-3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	36,6	31,0	-15,4	174,7	151,0	-13,5	424,4	352,7	-16,9
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	10,6	9,7	-8,3	40,4	41,1	1,9	79,5	85,6	7,7
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,8	10,4	6,5	47,3	52,3	10,6	108,5	121,5	12,0
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7,0	0,4	-94,9	7,6	1,4	-81,6	9,7	20,5	111,1
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,4	4,3	25,4	22,1	26,8	21,3	45,0	54,7	21,4
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,6	1,7	3,3	7,6	7,1	-6,1	20,1	20,0	-0,5
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-5,1	1,8	1,7	-5,0	4,3	4,1	-4,6
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,4	0,3	-35,5	33,0	1,8	-94,6	90,9	5,2	-94,3
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	2,5	3,3	30,4	9,8	11,7	19,4	25,7	20,6	-19,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,1	0,0	-100,0	0,8	0,6	-20,7	1,7	1,4	-18,1
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	0,9	0,7	-18,0	4,4	6,5	48,6	39,0	19,1	-51,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	55,3	43,1	-22,1	220,9	208,7	-5,5	583,1	554,3	-4,9
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	33,4	30,9	-7,2	152,6	152,2	-0,2	366,5	373,8	2,0
4.4.2 Despesas Discricionárias	22,0	12,2	-44,6	68,3	56,5	-17,3	216,7	180,5	-16,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Marcelo Guedes Pecky
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Carla Nunes Menezes
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
